

A IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA E AS RELAÇÕES EXTERNAS COM AS EX-COLÓNIAS PORTUGUESAS: DA DESCOLONIZAÇÃO AO DIÁLOGO MULTILATERAL

Portuguese national identity and foreign relations with the former Portuguese colonies: from decolonization to multilateral dialogue

Pedro Ponte e Sousa¹

Introdução. Justificação do objecto central da análise

Neste trabalho pretende-se compreender melhor as relações mantidas entre Portugal e as suas ex-colónias, no período que medeia a descolonização e a institucionalização do diálogo, através da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta perspectiva, que se pretende abrangente no que toca às geografias, e até aos temas e conceitos para conhecer tais tópicos, será mais restrita relativamente ao período temporal estudado, bem como a profundidade com que se abordam as relações bilaterais ou meandros diplomáticos com cada uma das ex-colónias. O que nos interessa é sim uma visão abrangente, de conjunto, dos períodos, fases, etapas, que marcaram grosso modo essas relações, procurando perceber se existem evoluções, continuidades ou rupturas assinaláveis no período em causa, e quais os acontecimentos ou actores que levaram a tais processos. Esta visão, profundamente assente na história das relações entre estes territórios no período anterior ao analisado (mas que aqui, atendendo aos óbvios constrangimentos de tempo e de espaço, só se lhe fará referência ocasionalmente), recorrerá ainda de forma significativa a conceitos que têm marcado o cenário científico ou mediático, como “pós-colonialismo”, “identidade (nacional)”, “lusofonia” ou “luso-tropicalismo”, que, ou explicaremos detalhadamente, ou a eles recorreremos mais frequentemente, ou, sendo mais laterais ao período em causa ou exigindo explicações mais detalhadas do que as permitidas por um trabalho deste tipo, faremos referência de forma mais episódica. Denote-se ainda que poderemos recorrer, de igual forma, a algumas das propostas teóricas mais conhecidas das Relações Internacionais, sempre que, por exemplo, desconfiemos do discurso dos actores ou nos pareça que as propostas já elaboradas sobre outros autores que trabalharam este tema e período não têm em conta dinâmicas e princípios próprios do relacionamento entre as nações ou, de forma mais abrangente, entre os actores políticos.

¹ Doutorando em Estudos sobre a Globalização na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).
Email: pedrosousa_pps@hotmail.com

A necessidade deste trabalho prende-se com o propósito de entender se o período em causa se tratou, efectivamente, de uma “travessia no deserto” no que toca às relações com os novos estados africanos, em que é verificável, de forma geral, um vazio no que toca a relações relevantes e de confiança entre nações, ou se, por outro lado, as relações entre estes novos soberanos e a antiga colónia não padeciam de rupturas ou crises assinaláveis, ajudando assim a compreender o contexto de criação mas também o passado recente no que toca ao surgimento da CPLP.

Propusemo-nos assim, em termos da metodologia utilizada, a recorrer à análise documental e a pesquisa bibliográfica, contemplando de forma indiscutivelmente mais numerosa os métodos qualitativos, tudo isto tendo em conta que a temática aqui em exploração é relativamente recente e que, assim, não se afigura um número de obras investigativas muito extenso (sendo que, em particular, se encontram mais facilmente obras que procurem centrar-se nas relações bilaterais entre dois países, ou ainda que explorem apenas um conceito daqueles que aqui tentaremos abordar) e que também não pode ser olvidado o facto de grande parte dos textos sobre o assunto terem um propósito marcadamente político-ideológico, atendendo à polémica decorrente do próprio processo de (colonização) e descolonização e, mais ainda, das consequências que tais processos formaram. Procurámos, sempre que possível, ter essa circunstância em conta nas nossas leituras e enunciações.

A Revolução dos Cravos e a Política Externa Portuguesa. A nova inserção internacional de Portugal

Não entrando aqui em discussões mais alargadas sobre os próprios conceitos de colonização, colonialismo ou descolonização², as linhas estruturais de política externa portuguesa (PEP)³, assentes no Atlântico e no império colonial, e tanto para o domínio político como o económico, enformaram a posição portuguesa na ordem internacional até ao momento da Revolução dos Cravos⁴. Até então, Portugal mantinha-se claramente afastado das opções europeias, apenas encurtando essa distância de forma pontual e o mais

2 uma profícua revisão da discussão que acarreta o uso de cada um desses conceitos pode ser encontrada em Pinto (2004).

3 Para esclarecer a diferença conceptual entre Política Externa e Relações Internacionais, aclarando as especificidades de ambos os conceitos, parece-nos que será relevante recorrer a uma revisão feita por Rodrigues (2004: 45-6): «Como distinção de política internacional e política externa, o termo Relações Internacionais pode referir-se a todas as formas de interacção entre os membros de sociedades separadas. O estudo das relações internacionais inclui a análise das políticas externas ou processos políticos entre Estados. Contudo, deverão ser incluídos nessa análise, os estudos, por exemplo, de uniões de comércio internacional, da Cruz Vermelha Internacional, turismo, comércio internacional, transportes, comunicações e o desenvolvimento de valores e ética internacionais. Apesar do nascimento de outros actores internacionais, o Estado permanece como o actor central das relações internacionais. (...) Para a política externa, o Estado procura responder ao comportamento de outros actores internacionais e, de uma maneira geral, agir de acordo com os seus princípios quando o ambiente é favorável e transformar esse mesmo ambiente quando este se apresenta desfavorável. Noutros termos, o Estado procura, através da política externa, manter ou aumentar o seu peso e influência fora do seu território nacional. Uma das características importantes da política externa e que a distingue das demais políticas, é ter como campo de acção um espaço que escapa em grande parte ao seu próprio controlo. (...) Por outro lado, se olharmos para a política internacional na perspectiva de Estados individuais, em vez do Estado como parte de um sistema internacional em que está integrado, não encontramos muitas diferenças. Por aí se vê que são as condições internas dos Estados que acabam por mais influenciar a política dos mesmos. Guerras, alianças, imperialismo, manobras diplomáticas, isolamento e os imensos objectivos da acção diplomática, podem ser vistos como resultado das pressões políticas domésticas, ideologias nacionais, opinião pública ou necessidades económicas e sociais. Para analisarmos a política internacional e a política externa dos Estados, temos também que nos concentrar nas acções e comportamentos individuais dos homens de Estado, nomeadamente as suas ideologias, motivações, percepções, valores. São eles que acabam por estar empossados para tomar decisões em nome dos Estados.»

4 «Pequena potência, semiperiférica e com uma só fronteira terrestre, Portugal viveu, sempre, um equilíbrio instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima» (Teixeira, 2010: 51). O Atlântico foi visto como a forma de compensar tal desequilíbrio, por um lado, mantendo alianças privilegiadas com a potências marítimas do seu tempo (Inglaterra, Estados Unidos da América), e por outro, através do projecto imperial, com vários ciclos e latitudes, sempre iniciado pelo e para o ultramar. (Teixeira, 2010)

pragmática possível (Vicente, 2013). A mudança de regime promovida pelo Movimento das Forças Armadas propunha-se visivelmente à democratização, descolonização e desenvolvimento⁵ e, depois de um período de instabilidade política, em que a política interna do país é marcada também pelas clivagens na formação de uma nova política externa (PE), do posicionamento do país na cena internacional, o período constitucional e os governos que se constituem apostam sem dúvidas nos vectores atlântico e europeu, estabelecido desde mesmo o I Governo Constitucional, cortando com orientações dos Governos Provisórios anteriores (Ferreira, 1988). Por outro lado, Severiano Teixeira salienta a importância que o reforço das relações com os Estados Unidos da América e a NATO (portanto, o vector atlântico) tiveram para consolidar a «orientação externa» e a «estabilização interna» do país (Teixeira, 2010)⁶, num momento em que a opção europeia surge finalmente, e pela primeira vez na história do país, como opção política e económica determinante para o seu futuro. Seguir-se-á a reaproximação aos recém-independentes PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), um processo demorado, «não have[ndo] política ocidental conjugada nesta área do globo, onde os Estados em questão preferem apresentar-se com os seus próprios objectivos» (Ferreira, 1988: 26) mas que dará frutos com a criação da CPLP, cimentando esta como a terceira e última variante da PEP, atenta nas relações pós-coloniais. Assim, por um lado, se fosse necessário atribuir um rótulo às variantes estratégicas da PEP, Europa, Atlântico e CPLP, esse seria melhor atribuído aos interesses em cada uma envolvidos do que às áreas geográficas a que se dedicam: deste modo, variantes económica e política; de segurança; e pós-colonial, de língua e cultura seriam provavelmente os mais adequados para perceber as prioridades e suas geografias de forma integrada, atendendo aos interesses que o país definiu para cada parceria estratégica. Ou seja, e em suma, como fenómenos centrais neste período temos a descolonização, a procura de alternativas para a PE do país e a subsequente mudança em rumo à Europa (adesão à Comunidade Económica Europeia), e a tentativa de restabelecimento de ligações com as ex-colónias portuguesas, num contexto de cooperação e promoção da língua e cultura.

A descolonização. Factos históricos

Portanto, com o golpe revolucionário de 25 de Abril de 1974 conduziu rapidamente (embora com velocidades diferentes nas diferentes latitudes) a uma série de «medidas tendentes a terminar com o controlo político formal sobre os territórios coloniais e a sua substituição por um novo relacionamento» (Lara, 2000: 145). Como já vimos acima, esse novo relacionamento demorou algum tempo a ser restabelecido de forma institucionalizada, a reestruturar-se como uma vertente significativa da PEP. Para além de reestruturações menores a decorrer no século XVIII, a independência do Brasil e a relativa perda de territórios aquando da Conferência de Berlim e do Ultimato Inglês haviam sido outros momentos do «colapso do Império Português»

5 embora, como salienta Pinto (2004: 93), «no Programa do Movimento das Forças Armadas, mais concretamente no ponto 8 alíneas a), b) e c) das medidas a curto prazo, não aparecia a palavra descolonização, embora, no referido programa, se reconhecesse que a solução das guerras no Ultramar era política e não militar e, por isso, se pretendesse criar condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino», pelo que não podemos afirmar, de acordo com este autor e, pelo menos, na acção inicial do Movimento das Forças Armadas, que a descolonização fosse um objectivo óbvio e imediato, mas uma proposta entre outras a serem discutidas no seio desse grupo.

6 embora outros autores reforcem o papel de estados e instituições europeus e de interesses económicos, mais que políticos ou, sobretudo, de segurança para tal estabilização. Ver Vicente (2013)

(Lara, 2000: 145), a que se seguiriam a questão dos territórios de Goa, Damão e Diu, anexadas pela acção das forças militares indianas em 1961.

No que toca aos factos que levam à independência das antigas colónias portuguesas, apenas salientaremos algumas datas importantes para cada um dos novos países africanos. Em 1974, acordos com movimentos de libertação em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe prevêem datas para a independência e legitimam os movimentos de libertação existentes (FRELIMO, PAIGC e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) como os legítimos representantes das novas comunidades políticas; também em 1974 há acordo entre o Governo Português e o PAIGC quanto ao caso da Guiné-Bissau, comprometendo-se Portugal a abandonar o território. Ainda nesse ano Portugal reconhece oficialmente a República da Guiné-Bissau e o PAIGC como legítimo representante da nova comunidade política. No que toca a Angola, o acordo estabelecido em 1975 entre o Governo Português e a FNLA, UNITA e MPLA, que determinava a data de independência como 11 de Novembro desse ano e impunha a necessidade de um governo provisório e de uma assembleia constituinte, sofre os impactos da guerra civil entre esses movimentos. A independência é proclamada por Portugal na data prevista (os movimentos de libertação, agora em conflito interno, já a haviam proclamado), enquanto que a guerra civil continuará, entrecortada por pequenos períodos de uma paz frágil, até 2002 (Lara, 2000)⁷.

Algumas posições sobre o Império Colonial Português, a descolonização e a sociedade portuguesa

«Após a irreversível descolonização (haverá por aí algum espírito de cruzado que, por mais acentuado, se disponha à reconquista?), a sociedade portuguesa passou a conter no seu seio elementos dinâmicos suficientes para impedir que volte a ser a sociedade bloqueada que foi nos últimos séculos» (Sá, 1977: 22-3). Victor de Sá (1977: 35-6) expõe que «contam-se assim 560 anos desde o início da expansão ao fim do colonialismo. 560 anos durante os quais a vida económica, política, administrativa, mental e social dos portugueses esteve condicionada por um factor preponderante que transcendia a sua própria e genuína nacionalidade, (...) ocupando territórios que não nos pertenciam. (...) É esta longa duração do fenómeno colonial um dos factores que nos aliena da consciência da nossa própria nacionalidade». Para o autor, a longa duração deste fenómeno fez com os portugueses não consigam facilmente compreender a real situação do país, vendo Portugal como um país “voltado para o mundo”, “maior do que si próprio”, ou qualquer outro chavão que aparente cumprir uma qualquer justiça histórica ou jurídica, meros artifícios que apenas atendiam a iludir a realidade do dia-a-dia. Para além das grandes alterações trazidas pela própria revolução, o autor entende que «a nossa própria soberania nacional assenta as suas grandes linhas de força no desfazer de todos os laços de sujeição ao imperialismo estrangeiro e na reformulação do nosso teor de vida e das nossas alianças», pelo que a nova nacionalidade portuguesa, enquanto num processo de redescoberta natural e mais

⁷ também não abordamos no corpo de texto, obviamente porque fugiríamos ao tema central, a situação em Timor-Leste e Macau, mesmo de forma resumida. Para um curto relato dos acontecimentos mais importantes ver Lara (2000). Há ainda que falar do estudo de David Birmingham (1999), sobre o encontro dos jovens com todas as formas de guerra, da vida num contexto de permanente, assim como tentativas de golpes de estado, guerras civis permanentes, intervenções externas, etc., com sérios impactos em todos os âmbitos da vida social. Sobre o detalhe das movimentações militares entre 1974 e 1976 ver Maxwell, Kenneth (2006); ou Santos (2001). Especificamente sobre as negociações para a paz em Angola no período que aqui abordamos ver Monteiro (2006)

do que necessário, só poderia assentar em relações livres com outros povos pacíficos (Sá, 1977: 104), da cooperação e conhecimento mútuo para o progresso e bem-estar⁸.

José Freire Antunes (1980) faz questão de recordar que Norton de Matos (apoiado pelo Partido Comunista)⁹, Cunha Leal ou Humberto Delgado nunca se propuseram à descolonização ou à autodeterminação, mas, bem pelo contrário, o adensar dos compromissos e da ligação política com as colónias (ver também Santos, 2001). Salieta ainda a falta de uma alternativa verdadeiramente nova para Portugal por parte da oposição, sendo que «na questão colonial, grande parte dos notáveis da oposição clássica tremiam como varas verdes quando postos perante a ideia das independências negras. (...)»¹⁰ Se até 1969 a oposição tradicional não equacionou o problema das colónias ao ritmo e um mundo em mudança, muito menos soube pensar o futuro das relações entre Portugal libertado e as colónias independentes. Falar vagamente em autodeterminação, em abandono, em alianças livres, em fraternidade e em cooperação, não constituía por si só uma alternativa política; e como essa pedagogia da descolonização necessária não existia no campo da oposição, a política salazarista de guerra e genocídio passava por ser de facto a política da Nação» (Antunes, 1980: 71-2)¹¹. O autor critica ainda, para além de uma série de tricas internas a que não atenderemos aqui, o fiasco da descolonização angolana, terminando uma guerra para deixar começar outra, agora civil, e sem que Portugal tivesse feito todos os possíveis para fundar um Estado, demitindo-se das suas responsabilidades numa suposta neutralidade. Timor-Leste também vem à baila, sobretudo porque a sua «anexação pela Indonésia parece não inquietar tanto a consciência sempre supostamente patriótica dos nossos conservadores» (Antunes, 1980: 118) (ver também Santos, 2001).

Com o fim do império, a(s) guerra(s) colonial(is) e a descolonização, seguiu-se a construção do estado-nação nestes novos países, numa área marcada por estados pós-coloniais¹² ainda em busca do poder necessário para garantir a sua sobrevivência, num processo de criação de nações quase sempre marcado pela construção do socialismo e por uma dimensão internacional muito marcada, no contexto de Guerra Fria (Santos, 2001). Todavia, a formação dessas nacionalidades, ou até da própria nação, sofreu sérias dificuldades,

8 sobre o posicionamento inicial de Portugal na cena internacional no pós-Revolução de Abril ver Sá (1977: 105-118)

9 note-se que isto não explica, bem pelo contrário, a posição do Partido Comunista durante todo o Estado Novo, como o próprio autor se encarrega de rever.

10 acrescenta aqui ainda: «No que condicionavam e reflectiam, diga-se ao invés de certos mitos, o sentimento colonialista da maioria do povo português, que reconhecia direitos inalienáveis do país sobre as colónias.» (Antunes, 1980: 71)

11 já no pós-Revolução, aqui fica a revisão feita pelo autor (Antunes, 1980: 109-10) das posições dos principais actores políticos: «Mário Soares, um dos principais obreiros da descolonização, rotulou-a em termos de “exemplar”. Álvaro Cunhal, um dos mais discretos inspirados, designou-a como uma das “grandes realizações” da Revolução. Sá Carneiro condenou a “ocupação sovieta-cubana” permitida por uma descolonização de pendor “comunista” em Angola. Freitas do Amaral garantiu que Portugal não “honrou a sua história”. Spínola, o vencido, não teve peias em chamar-lhe um “crime de lesa-pátria e de lesa-humanidade”. Ramalho Eanes, com a serenidade ulterior ao vendaval, classificou-a de “traumática”. (...) Os conservadores acusaram os comunistas, os socialistas e outras torpes espécies de terem vendido a pátria, por um prato de lentilhas. A esquerda no geral celebrou o socialismo irmão na África Austral». Interessa-nos, particularmente, neste âmbito, o seguinte: «No cerne da inquietação spinolista estava a incógnita de saber se os brancos ou, mais dramaticamente, se a chama da portugalidade subsistiria depois do hastear das bandeiras.» (Antunes, 1980: 111)

12 sobre os estudos pós-coloniais (e a necessidade destes), veja-se a exposição de Margarida Calafate Ribeiro (2004: 17): «(...) o pós colonialismo surge de um sentimento de necessidade de elaborar uma visão crítica de entendimento da história colonial, dando voz àqueles que a sofreram, ou, por outras palavras, registando, problematizando e desconstruindo a memória da história colonial escrita pelo colonizador, ao confrontá-la com outras memórias desta história aparentemente comuns. (...) O pós-colonialismo envolve uma análise crítica da história do colonialismo e do próprio anticolonialismo, investigando os seus efeitos na contemporaneidade no Ocidente e nos três continentes que a ele estiveram subjogados – América do Sul, Ásia e África». Este esclarecimento que aqui fizemos será muito útil mais à frente, como será perceptível.

nomeadamente, no estabelecimento de regimes pluripartidários verdadeiramente democráticos e representativos (Chabal, 2002). As características gerais de todos estes regimes poucos anos depois da descolonização eram facilmente identificáveis e, embora em diferentes graus, geralmente imputáveis a todos os países: «ostensibly authoritarian but in reality neo-patrimonial (or clientelistic) political systems; the inability of the state to function effectively and in particular to spur development; the concomitant decline of the economy, and, in consequence, an increasing competition for power at the top» (Chabal, 2002: 88). Assim, são identificáveis não só grandes semelhanças entre os PALOP, mas também entre estes e os restantes países africanos. Vivências de paz bastante precárias, nomeadamente em Angola e Moçambique, países assolados por divisões sociais (e até étnicas) e rivalidades políticas muito profundas, umas decorrentes da história colonial, outras posteriores, umas decorrentes de clivagens internas, outras de influências e apoios externos. A unidade dos movimentos, a forma como entendiam a sua ideologia, condições económicas, relações internacionais e o peso das oposições armadas foram essenciais para definir a estabilidade ou, pelo contrário, a conflitualidade e a incerteza (Chabal, 2002; Santos, 2001).

Interessa-nos para o caso especificamente as questões de relações internacionais e PE. Por um lado, o autor demonstra como Angola¹³ foi sempre um terreno onde as superpotências procuraram envolver-se o mais profundamente possível, através do apoio directo aos movimentos de libertação como pela influência dos países vizinhos. Já em Moçambique, a Guerra Fria pareceu menos notada, em que tanto a FRELIMO como a RENAMO sempre pareceram mais dóceis, menos agressivos ou ideológicos que os seus vizinhos angolanos, e assim, com uma FRELIMO menos temida pelo Ocidente, uma intervenção mais empenhada das superpotências nunca terá parecido efectivamente necessária¹⁴.

As relações pós-coloniais entre Portugal e os PALOP. Economia e política

Aqui procuraremos compreender a extensão de uma nova cooperação, no período pós-colonialismo, entre Portugal e os novos países de língua portuguesa, atendendo ainda aos insucessos e dificuldades a que já fomos fazendo referência acima.

Nomeadamente, em termos económicos, procuraremos responder à dúvida sobre a manutenção ou a mudança da estrutura de relações económicas entre estes países. A relação entre Portugal e as suas ex-colónias africanas, de tratamento preferencial, alteraram-se significativamente, como veremos, no período posterior à descolonização. Como propõe Manuel Ennes Ferreira (1994: 1071), «cada um destes novos países tomou opções políticas e económicas que determinaram as suas relações económicas externas», o mesmo se

13 no que toca ao papel dos Estados Unidos tanto no período anterior a 25 de Abril de 1974 como no exterior (sobretudo centrados no caso angolano, mas não só), ver: Guimarães, Fernando Andresen (2006). Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: as origens de uma política falhada, in Luís Nuno Rodrigues (coord.) (2006). Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Maxwell, Kenneth (2006). Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976), in idem; Monteiro, António (2006). Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana. Uma parceria para a paz, in idem

14 note-se ainda as diferenças substanciais entre a UNITA e a RENAMO, e como tais diferenças tiveram grande impacto no desenrolar total da guerra: por um lado, a UNITA era uma típica organização política anti-colonial, que, vindo a tornar-se um poderio militar significativo, e com significativo apoio externo, almeja alcançar a totalidade do poder político; já a RENAMO, um braço armado “estrangeiro”, procurou transformar-se num partido político e participar no processo eleitoral, tendendo a procurar «a share of the spoils» em vez de eliminar a FRELIMO – assim, apenas tomar parte da ordem política já estabelecida, e aproveitar as eleições para ganhar legitimidade e acesso aos recursos políticos disponibilizados pelas eleições (Chabal, 2002: 119). Ver também Santos (2001)

passando com Portugal. Por um lado, aumentou a percentagem de importações e exportações africanas de e para países que não as ex-colónias, o que podemos justificar pelo reatar de relações políticas consistentes. Por outro lado, e se ao longo dos tempos, até ao início da década de 90, voltará a verificar-se uma concentração das exportações portuguesas para África nos PALOP, podemos ver exactamente o contrário no que toca às importações, numa percentagem residual (2,26%) em relação ao todo do continente em 1993. Enquanto as exportações para os PALOP num quadro global baixam, de 4,8% em 1976 para 3% em 1993, as importações chegam ao valor irrisório de 0,13% em 1993, quando eram de quase 10% em 1973. Assim, por um lado, temos «uma procura dirigida aos produtos portugueses para colmatar as insuficiências de oferta nacional e dar resposta à sua procura interna», ao mesmo tempo que uma «(...) [in]capacidade de oferta de produtos exportáveis», que levaram à situação que aqui constatamos (Ferreira, 1994: 1072). Abster-nos-emos de fazer aqui uma análise dos mercados por grupos de mercadorias importados e exportados, mas a mesma, embora relativamente sintética, poderá ser encontrada no mesmo autor. Enquanto Angola vinha apresentando uma tendência instável mas de importância crescente no comércio, ainda mais tendo em conta os restantes PALOP (com presença regular no top-10 das exportações portuguesas – e, do ponto de vista angolano, sendo Portugal o seu maior fornecedor com 40% das importações desse país decorrentes), Moçambique apresenta-se como muito pouco relevante, quer quanto a importações, quer exportações. Já Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, embora pequenas economias mantiveram uma relação relativamente estável com Portugal, embora o peso destas no comércio externo português tenha vindo a diminuir. Uma parte significativa desse comércio passou agora, no caso português, a realizar-se com países da Ásia e América Latina. Nomeadamente no que toca a questões de investimento, empresários e investigadores costumam apontar as seguintes dificuldades como contribuindo para baixos níveis de investimento externo: «distorções económicas e mau funcionamento das regras de uma economia de mercado; burocracia e morosidade administrativa na análise dos projectos em todo o seu percurso; risco económico do país; constrangimentos externos (financeiros, políticos, etc); impossibilidade de garantir a importação contínua de matérias-primas necessárias à laboração; falta de parceiros locais; problemas com infra-estruturas (energia, água, rede de transportes); problemas com a mão-de-obra: nível de qualificação, absentismo, etc; sistema de preços inadequado; sobrevalorização da moeda nacional; instabilidade político-militar» (Ferreira, 1994: 1101), daqui se destacando, sem sombra de dúvidas, problemas de índole securitária e político-militar. Muito baixo investimento português nos PALOP, com uma quebra violenta no período pós-colonial, e intensamente centrado em indústrias extractivas. Por fim, note-se ainda o problema da dívida externa destes países a Portugal. Este foi um problema que se veio a agravar nos anos 70, 80, e até 90, não só nestes casos específicos mas também no que toca aos restantes países africanos e à gestão de crescentes dívidas externas, não unicamente pública, mas também dívidas comerciais e pagamentos devidos às empresas¹⁵.

Em suma, conseguimos expor que os propósitos de uma relação única e estratégica, de preferência, com estes países não ficou patente nos dados respeitantes às trocas económicas. Embora a diversificação das relações económicas, para ambos os actores, sejam compreensíveis e constituam uma posição legítima depois

15 para uma análise das relações económicas entre Portugal e os PALOP no período em estudo, ver ainda Ferreira (1988); Pinto (2004)

de séculos de dominação colonial, ao fim de pouco tempo pudemos verificar um aumento das exportações portuguesas em valor, sendo que as importações portuguesas de tais países continuar a descer para valores verdadeiramente irrisórios. Apenas Angola se apresenta, no período que analisamos neste trabalho, como tendo um papel individual de certa forma significativo para as relações económicas exteriores portuguesas. Portanto, se pretendêssemos falar de um Espaço Económico de Língua Portuguesa, ou qualquer outra designação equivalente, seria certo que não a poderíamos aplicar a este período, dada a fraca relevância das relações económicas entre estes países.

Quanto ao mundo da política, Medeiros Ferreira salienta, por um lado, que a própria situação económica portuguesa em grande parte deste período diminui percepções africanas positivas de Portugal. Por outro lado, «outra questão que merece amplas referências, quer dos dirigentes angolanos quer dos dirigentes moçambicanos, é a da actividade de grupos rebeldes antigovernamentais que se serviram do território português como base de apoio, o que é visto (...) como um grande obstáculo ao desenvolvimento das relações entre Portugal e aqueles países» (Ferreira, 1988: 43-4). Note-se que o mesmo autor havia já traçado, em jeito de resumo do que havia sido a PEP para aquela zona na década que se seguiu à descolonização, os propósitos de: atenuar a influência soviética; procurar a pacificação da zona; resolver a questão de Cahora-Bassa (venda de energia de Moçambique para a África do Sul); evitar o surgimento de uma potência hegemónica/regional; apoiar a soberania dos novos estados de língua portuguesa, na defesa dos seus territórios e promoção da língua (Ferreira, 1988). No que toca, de forma mais centrada em actores, às posições dos partidos, e falando aqui, nomeadamente, do PS, PSD (PPD) e CDS, estas nunca foram muito divergentes e, sempre que apresentaram propostas mais originais, estas nunca foram verdadeiramente consequentes. Como únicas notas relevantes, diga-se que, até à data do trabalho orientado por Medeiros Ferreira (1988) e de forma sucinta, o PS acentua a necessidade de acordos de cooperação em variados âmbitos, que o PPD salienta a reciprocidade de interesses, enquanto o CDS já defende «a criação de uma comunidade de Estados independentes de expressão lusíada», atribuindo dupla nacionalidade e iguais direitos e deveres a todos os cidadãos de língua portuguesa (in Ferreira, 1988: 49). Mesmo nos textos dos programas de governo, rapidamente se reconhecem os entendimentos fáceis com alguns dos novos países, também se esclarece as dificuldades mantidas com outros (Angola e Moçambique), na busca da sua normalização. Por data da adesão à CEE, surge como tópico relevante a proposta de se colocar como mediador do diálogo entre África do Sul e os seus vizinhos, nomeadamente Moçambique. Pela mesma altura (IX Governo Constitucional, 1983-85), propõe-se ainda a institucionalização de «um órgão de consulta e coordenação entre todos os países de expressão oficial portuguesa» (Ferreira, 1988: 59). Os vários objectivos que Portugal poderia ter com um fortalecimento de relações com os PALOP são também facilmente reconhecidos (mesmo no diagnóstico de Medeiros Ferreira, de 1988), como a promoção da língua portuguesa, o aumento das relações económicas ou de cooperação, etc.. Por outro lado, durante o período que estudamos, o problema da barragem de Cahora Bassa bem como a resolução dos conflitos na África Austral sempre se mostraram temas de grande importância. As questões decorrentes especificamente dos assuntos relacionados com a língua portuguesa serão discutidas mais adiante. Em suma,

a estrutura das relações internacionais de Portugal pode agora ser definida com maior liberdade, num maior número de opções¹⁶, aumentando as possibilidades de acção de Portugal na cena internacional¹⁷.

A importância da língua portuguesa e das questões culturais: lusofonia, luso-tropicalismo, pós-colonialismo

As relações pós-coloniais não deixam, portanto, de ser uma área de interesse estratégico que Portugal, na medida das possibilidades estruturais e geopolíticas, continua a considerar para a clarificação da sua posição internacional. Assim, olharemos nesta parte especificamente para questões relacionadas com a promoção da língua portuguesa e a lusofonia, mas também atenderemos às propostas luso-tropicalistas para compreender até que ponto elas enformam o pensamento no período que aqui abordamos. Tudo isto se relaciona intimamente com as identidades de um país pós-colonial, a imagem que este percebe de si próprio e dos outros, e sobretudo como ele vem a compreender as novas relações com os PALOP.

Já em 1977, Victor de Sá fazia um “acto-de-contrição” colectivo, na medida em que entendia que, tendo a língua portuguesa uma importância crescente e uma projecção cada vez mais universal, essa importância não era comumente percebida pelos portugueses. O autor constatava que o facto de o país ter estado fechado sobre si próprio quase cinco décadas, e assim ignorado o crescente número de falantes da língua. A dinamização cultural, o apoio aos novos países de língua portuguesa, sem esquecer os enormes défices educativos no próprio país são os únicos meios possíveis para «evitarmos que fiquemos nesta retaguarda envergonhada dos povos que, pelo contrário, orgulhosamente usam a nossa língua para construir o seu futuro» (Sá, 1977: 126). Para Medeiros Ferreira (1988), se grande parte da informação referente às questões da língua portuguesa se centra no ensino do português no estrangeiro e numa perspectiva fortemente quantitativa, há que ter em conta, por um lado, o papel de certa forma subalterno que tal língua ocupa, sendo língua oficial mas não tida como materna, na grande maioria dos novos PALOP, umas vezes, portanto, vista como um “veículo do domínio colonial” (Ferreira, 1988: 29) e outras como um meio para o desenvolvimento do país e a sua projecção internacional, tendo à coesão nacional. Por outro lado, não parece muito previsível, à data que Medeiros Ferreira (1988) traça tais prospectivas, que o português venha a tornar-se uma língua de trabalho nas principais organizações internacionais, que a PEP relativamente a este assunto venha a alterar-se significativamente, o mesmo se passando quanto às posições dos outros estados na promoção internacional da língua. «Será pela acção da língua e das comunidades portuguesas que as projecções exteriores ao Estado Português terão maior volume e continuidade» (Ferreira, 1988: 78). Tanto nos casos em que o Português é tido como língua materna como língua oficial, o aumento do número de escolas e professores é sempre assumido como a melhor resposta para o aumento da importância da língua. Aponta-se

16 «apesar do desenvolvimento de relações e laços de amizade e cooperação com os novos países de expressão oficial portuguesa continuarem a constituir uma preocupação importante da política externa portuguesa e, desde 1976, não só o governo, mas também os presidentes da República, não terem poupado esforços diplomáticos para uma melhoria das relações com os Países de Expressão Oficial Portuguesa, a verdade é que a opção estratégica de Portugal passa, agora, pela “opção europeia”. Sem alterar os dados da sua inserção internacional, Portugal alterou, contudo, as suas prioridades estratégicas. Historicamente, pensou como um país atlântico e colonial que, quando o peso do vector marítimo se revelava excessivo, procurava compensações na Europa. Hoje, é um país europeu que mantém e procura rentabilizar a sua posição atlântica e as relações pós-coloniais.» Teixeira (2006: 157)

17 para muitas das questões exploradas nesta parte ver ainda Ferreira (1984); Pinto (2004)

como ainda mais preocupante o muito baixo número de interessados em aprender português como língua estrangeira, quer porque para efeitos de turismo, negócios, de ciência ou política ela não parece ser indispensável para os estrangeiros. Para além disso, critica-se a falta de estruturação e de frequência dos cursos de ensino de português para estrangeiros. Quanto ao português como língua internacional, só pela importância relativa dos estados individualmente no Sistema Internacional¹⁸ ou pelo papel que possa ter em certas organizações internacionais (como a OUA) poderá desenvolver-se como língua internacional. Por um lado, Medeiros Ferreira entende que tal desenvolvimento depende, em grande medida, do continente africano, apontando ao Brasil falta de empenho na promoção da língua, mesmo no seu continente. Quanto a medidas apresentadas pelos governos, atente-se, por exemplo, à tradução sistemática de obras escritas em português para inglês ou francês ou a cooperação no âmbito da língua portuguesa, em termos do seu estudo e investigação, e potenciador da cooperação nos PALOP – divergindo constantemente os actores internos, que delinearão toda a estratégia e capacidade do Estado português nestas questões, entre propostas para uma maior quantidade de livros, professores, centros culturais e institutos, ou uma aposta na qualidade, na concentração de recursos, na excelência, e na promoção do Português como “língua culta” junto das elites (Ferreira, 1988: 81). Por outro lado, o autor salienta a falta de atenção de decisores políticos e investigadores às comunidades portuguesas no estrangeiro, poucas vezes vistas como promotores da língua e da cultura portuguesas, mas mais atendidas quanto prestígio o país, decorrendo de realizações puramente individuais, que, obviamente, pouco decorrem das acções do Estado Português. Na verdade, a projecção da língua e cultura portuguesa nos países de acolhimento tem sido muito feita à conta de associações ou organizações onde tal comunidade se agrega, com um propósito recreativo, de ensino, de intervenção social, criando grupos de interesse com grande implantação e aumentando o reconhecimento das actividades levadas a cabo pelos portugueses nesses países. Em suma, o papel da língua portuguesa tenderá a ser crescente, de certa forma independente dos acontecimentos europeus, bem como de índole política ou económica, mas que marcará de forma muito indelével quer a projecção internacional do país bem como a compreensão da presença do país nas grandes indústrias culturais, turismo e actividade económica.

18 recorremos aqui à definição de Sousa para uma melhor compreensão do Sistema Internacional na disciplina científica de Relações Internacionais (2005: 173): «(...) O sistema internacional não abrange apenas os Estados mas todo o tipo de actores não estatais existentes no sistema. O ponto essencial que importa ressaltar acerca de qualquer tipo de sistema é o de o padrão geral do sistema ser mais importante e influente do que a soma das suas partes. Deste modo, o comportamento das unidades do sistema vai ser influenciado pelo padrão geral de relacionamento do sistema. É o tipo de estrutura e o tipo de processo do sistema que interagindo entre si influenciam actores, fins e instrumentos, construindo um conjunto de princípios e normas de acção que, por sua vez, vão definir e caracterizar o padrão geral de relacionamento entre as unidades do sistema. O conceito de sistema internacional é usado nas Relações Internacionais como instrumento de análise nos planos descritivo e explicativo. Como ideia descritiva, o sistema internacional constitui uma outra designação para o sistema de Estados. A análise tradicional do sistema de Estados tem tendido a enfatizar os objectivos e orientações das grandes potências como influências fundamentais relativamente a processos e resultados. (...) Há dois processos sistémicos fundamentais geralmente identificados nos sistemas internacionais passados, presentes e futuros, os processos de conflito e os processos de cooperação. Devido à sua permanência ao nível do sistema, os Estados individuais tomam-nos como dados adquiridos na formulação das suas políticas. Como forma de confrontar estes processos sistémicos, os Estados têm-se envolvido na criação de regimes e na construção institucional. Organizações internacionais como a Sociedade das Nações e as Nações Unidas proliferaram no sistema do século XX, contribuindo para alterar a sua natureza, e levando alguns autores a referir a existência de um modelo de actores misto. Relativamente ao seu aspecto explicativo, o sistema internacional determina o comportamento dos actores estatais individuais no seu campo, sendo que a primeira tarefa de análise inclui a descoberta das características legais do sistema que estes actores deverão tomar em conta. Assim, a segurança é muitas vezes entendida como um objectivo primordial dos Estados devido à natureza anárquica do sistema.»

Passando mais directamente agora para o tema da “lusofonia”, num contexto de pós-colonialismo, o conceito de nação e a busca de uma identidade nacional dos povos são absolutamente prementes para o colonizado, emergindo, primeira e particularmente, quer entre as elites quer entre os intelectuais (Serrano, 2005), e assim, portanto, temos a afirmação da diferença, uma aproximação entre a história e a literatura, em que o imaginário colectivo e o legado cultural têm um impacto decisivo no presente (Vieira, 2008). Deste modo, encontraremos autores que nos alertarão para os perigos que conceitos como o de “lusofonia” acarretam, uma vez que pode significar uma tentativa de hegemonia de Portugal no contexto da língua portuguesa, implicando, portanto, subordinação, hierarquias e centralismo, num novo tipo de colonialismo que, parecendo “oficial”, poderá ser apenas formal e subordinado a propósitos de índole económica ou procurando, mais uma vez, expandir o domínio mundial de uma nacionalidade, sem atender, de facto, ao objectivo da “tribo linguística”, verdadeiramente assente na cooperação, que deveria, esse sim, interessar (Pascoal, 2008)¹⁹. Em suma, a lusofonia como forma de “homogeneizar” os falantes de língua portuguesa²⁰ e, assim, facilitar as trocas de bens e símbolos, destruindo a diversidade (Coracini, 2008). A língua portuguesa, como já vimos acima, serviu, no período posterior à descolonização, como meio para a unificação e afirmação do país, para a construção de uma nova identidade (Xavier, 2008; Afonso, 2008; Portugal, 2008). Há quem defenda que essa expansão da língua portuguesa, ainda no período colonial, se deu mais por inacção e pelo efeito do tempo do que por uma política cultural integrada, e que, por outro lado, é um mito que exista uma história, língua e cultura em comum entre os países lusófonos²¹ – e, se os imaginários e os contextos são diferentes, a lusofonia não é mais que um projecto político e ideológico (Xavier, 2008; Afonso, 2008; ver ainda Sanches, 2006). A necessidade de um conjunto de elementos culturais diferenciados é crucial para a construção da identidade nacional e do estado-nação, um grupo simbólico assente na diferença em relação aos restantes grupos, como vimos (Portugal, 2008). Daí, tais grupos terem de se dedicar à recuperação de uma narrativa própria da história (Portugal, 2008; Cunha, 2008), de modo a compreenderem o passado e a darem um renovado sentido ao presente e ao futuro, contribuindo para a cooperação no contexto da comunidade

19 visão esta semelhante à que podemos encontrar em Amaral (2005: 24): «Defenda-se a Lusofonia, é um ponto de honra, mas sem esquecer que ela não constitui um fenómeno ímpar. Quanto muito é a de formalização mais recente, se comparada com a Anglofonia (...), a Francofonia, (...) ou a Hispanofonia». Deste modo, recusa o carácter específico da Lusofonia, não a distinguindo, conceptual e materialmente, daquelas realizações. Por outro lado, «[devemos] pensar de forma crítica como a apropriação da ideia de “lusofonia é feita por alguns grupos em detrimento de outros, ou seja, a ideia de uma identidade baseada no uso exclusivo ou predominante da língua portuguesa é francamente favorecedor de uma elite social e cultural em detrimento de outras elites e grupos, que baseiam suas identidades em outros critérios». (Pereira, 2005). Assim, a autora centrar-se-á em analisar as vivências religiosas de um grupo étnico dentro da capital de Angola, para compreender como este vêem e sentem a nação, a religião, o poder, e, sobretudo, como constroem a sua identidade.

20 para Almeida Santos (2001: 257), «o maior bem da nossa identidade enquanto povo» é justamente a língua portuguesa. Apesar de lhe compreender as suas várias identidades e diferenças, continua a entender que esta é a melhor forma de projecção internacional de Portugal no mundo.

21 naquilo que é, por exemplo, uma visão contrária à de Almeida Santos (2001: 22): «Lusofonia é então o quê? Apenas uma língua – o português – falada pelos tais duzentos e quinze milhões de seres humanos? O universo dos que a falam? Uma vivência histórica e uma cultura comum? Um património literário e artístico comum (...)? A realidade orgânica que dá pelo nome de CPLP? Talvez simplifiquemos a resposta centrando-nos no que seguramente a lusofonia não é. Não é, desde logo, uma pátria única, salvo na medida em que Pessoa identificou pátria e língua. Nem um Estado ou super-Estado único. Nem uma só Nação, antes de um conjunto heterogéneo de nações. Nem um só território, ainda que descontínuo. (...) [É] basicamente uma comunidade institucionalizada na base de uma comunhão de língua, de história e de cultura.» Identifica, deste modo, como tópicos essenciais, mais do que a existência da CPLP, que todos os estados referidos tenham a língua portuguesa como língua oficial e um longo percurso histórico comum que redundou em características culturais, vivenciais e identitárias comuns, que levará à coesão, solidariedade e entreaajuda entre tais povos.

política estatal (Cunha, 2008). No século XX, os regimes políticos vigentes em Portugal tinham sido hábeis em criar crenças e perspectivas muito dominantes acerca das colónias, e, portanto, da própria identidade dos europeus em comparação (Blockeel, 2008), nomeadamente através da sua acção na literatura (Palo, 2008; Sanches, 2006) e educação, justificativa do colonialismo com visões paternalistas e nacionalistas extremadas expostas em todas as situações possíveis (Blockeel, 2008)²².

Faremos mais algumas notas antes de prosseguirmos para o assunto seguinte. Há ainda a ter em conta a ascensão do pós-modernismo, obrigando-nos, na perspectiva do multiculturalismo, a atender às reivindicações identitárias, e, portanto, da diferença, diversidade e singularidade de indivíduos e culturas, o que será essencial para compreendermos as relações dos povos lusófonos, e, ainda mais, no contexto da criação da CPLP²³. Por um lado, isto significa ter em conta as diferenças significativas, nomeadamente nos processos históricos, entre os vários PALOP, deixando de os tomar de uma forma excessivamente idêntica (Macamo, 2005; ver ainda Pereira, 2005). Aliás, se aspectos comuns são detectáveis nesses novos países, tal deve-se mais à exploração colonial portuguesa do que a qualquer outro fenómeno (Amaral, 2005). Nesses aspectos comuns inclui-se, por exemplo, os estados-nação²⁴, herança colonial directa estranha àquele contexto, e ainda mais quando outros fenómenos (supranacionais) começavam a emergir (nomeadamente, com a integração europeia). Apresentamos uma nota como um aviso, porque acreditamos que, à semelhança do que ocorrido em muitas experiências coloniais, a forma como muitos entendem algumas das questões que aqui explorámos podem indicar, como no passado, mal-entendidos, em que os portugueses ou europeus não dispõem «duma experiência que teria tornado a realidade social indígena inteligível», dando-lhe o sentido mais adequado (Macamo, 2005: 69)²⁵.

Parece-nos ainda relevante retomar o conceito de luso-tropicalismo. Uma teoria elaborada por Gilberto Freyre, indicava «uma especial capacidade de se relacionar com outros povos, em particular os das regiões tropicais, uma forma de estar marcada pela ausência de preconceitos raciais, nos contactos com esses povos; uma particular apetência pela miscigenação, dando origem ao mestiço, em contraste com a relutância de outras populações, nomeadamente as nórdicas; e, como consequência de todas essas características, uma vocação para servir de ponte, de elo de ligação entre regiões e culturas diferentes», como traços principais da visão que os portugueses mantinham do império colonial e do “colonialismo português” (Castelo, 1998: 5; ver também Leal, 2006)²⁶. Na verdade, essa foi uma imagem que perdurou mesmo com o fim do império, provavelmente de forma mais ou menos difundida até aos nossos dias²⁷. Ao longo dos tempos, muitas foram as propostas de cariz ideológico que procuravam fundar, em termos étnicos, a natural vocação colonial

22 ver ainda, para uma abordagem que congrega as áreas científicas da linguística e da geografia para a compreensão da língua portuguesa, Cardoso (2008)

23 note-se, neste contexto, a visão de Filho (2005: 95): «o tempo pós-colonial carrega consigo uma ambigüidade e uma tensão», em que a nação compete com outros projectos identitários, portanto havendo um sério desafio na estruturação social mais básica, que não ocupa exactamente nem a formação colonial nem a pré-colonial, mas uma distinta destas.

24 sobre a decomposição do estado-nação em África, ainda no período a que nos reportamos neste trabalho, ver Amaral (2005)

25 veja-se aqui também, no que toca à prática do canibalismo em África e as percepções ocidentais acerca do fenómeno, Heintze (2006).

26 sobre um resumo da história de vida, bem como da evolução do pensamento de Gilberto Freyre, ver Vila-Nova (2000).

27 para uma visão sobre o luso-tropicalismo e a globalização, nomeadamente no momento presente, ver Chacon (2000).

portuguesa, propícia ao desenvolvimento de relações com não-brancos. Assim, os portugueses apareciam como os verdadeiros colonizadores, respeitadores e até promotores das restantes raças, no respeito dos povos indígenas. Não nos cabe aqui traçar exactamente a realidade histórica entre tais propostas sociológicas e o colonialismo no terreno, nem propriamente expor exaustivamente como as teses luso-tropicalistas seriam de justificação ideológica do Estado Novo durante um período de tempo bastante significativo, nomeadamente no pós-2^a Guerra Mundial. Como já expusemos acima, esta visão do colonialismo português está bem presente, em todo o período que abordamos neste trabalho (e até, poderíamos propor, no presente), quer entre os meios oficiais de governo, quer entre investigadores e elites, mas até no discurso do senso comum. Assim se reforça até hoje a imagem da nação de vocação colonial, pacificadora e civilizadora, com propósitos e meios que dignificaram o colonizado, imagem essa bem presente no Portugal pós-colonial (Castelo, 1998). Esse “modo português de estar no mundo”, expressão de Adriano Moreira²⁸ e título do trabalho de Cláudia Castelo, discurso próprio do regime ditatorial do Estado Novo. Veja-se, aliás, a importância do império para a definição da ‘nação portuguesa’ no Estado Novo (Ribeiro, 2004), bem como a crítica a actores políticos como Adriano Moreira. Por exemplo, a ideia de «um patriotismo que se confundia com a apologia de um império original, dito benévolo, pacífico e fraterno». (Bastos, 2006: 233), mas cuja «influência portuguesa era uma ilusão, uma fina camada numa sociedade que alegremente a ignorava num convívio equívoco e num desenho de interesses e estratégias de poder pleno de mal-entendidos» (Bastos, 2006: 235). Uma forma singular e muito positivamente retratada de se relacionar com os demais povos, num reforço da diferença identitária em relação aos outros que parecerá, certamente, excessiva ou pouco fundada, mas até, em certa medida, bem presente no regime democrático que se lhe seguiria (ver Santos, 2001). Tal facto terá atrasado as divergências das elites nacionais e das várias oposições ao regime à manutenção do império colonial, através de uma autoridade científica²⁹ que se foi transmitindo aos interesses políticos e ideológicos, para o campo das mentalidades, e, por outro lado, como já vimos, providenciou uma demonstração científica favorável ao discurso mantido pelos regimes políticos sobre a realidade colonial, legitimando e credibilizando a opção de governo pela defesa da miscigenação, da missão evangelizadora e salvífica da acção colonizadora/colonialista, numa cultura e sentimento unos entre tal comunidade (Castelo, 1998; Ribeiro, 2004; Mata, 2006). Já no Portugal pós-colonial, de integração no espaço europeu, os actores políticos portugueses remetem inúmeras vezes para a mais-valia que poderá trazer para tal espaço a experiência secular de tal país naqueles territórios. Portugal parece, então, aparecer com um «exotismo que lhe é, por assim dizer, “emprestado” e “externo” (que é alheio ao lugar e lhe advém do exterior), e que obviamente resulta dos descobrimentos e do consequente contacto com povos da China, África, Índia e Américas, enfim, com os povos que ocupam e, fundamentalmente, passam então a ocupar espaço imaginário do Oriente mental europeu». (Clara, 2006: 277). Ao mesmo tempo, ao nível interno, salienta-se: «Nem no tempo em que Portugal foi império colonial tantas

28 Adriano Moreira que vê, aliás, a proposta de Gilberto Freyre como antecipadora daquilo que, algum tempo depois, França, Inglaterra e Espanha tentariam fazer no fortalecimento da presença nas áreas onde teve presença imperial e a sua língua demonstra essa mesma presença. Assim, o autor vê estes novos fenómenos como fortalecedores das relações entre os ex-colonizadores e ex-colonizados, servindo a paz e a reconciliação. (Moreira, 2000)

29 sobre a contribuição do pensamento de Gilberto Freyre para as ciências sociais, em termos das alterações e propostas que implicou, pode ver-se um pequeno resumo em Gonçalves (2000).

culturas e etnias se cruzaram no próprio coração do império, a antiga metrópole (...). Por ironia desse destino imperial, quando o império se desmoronou é que se cumpriu a sua quintessência messiânica da pluricontinentalidade e da multirraciedade – embora faltando ainda cumprir a multiculturalidade, entendida como situação de respeito pelas identidades culturais. Portugal, cuja história se fez no Mar e aí forjou a sua identidade, não poderia ficar imune à intensificação dos fluxos migratórios e culturais daí decorrentes nem aos corolários da globalização da economia» (Mata, 2006: 298-9). Assim, Margarida Calafate Ribeiro critica o discurso dos actores, profundamente semelhante ao do período colonial ou com pouco que o distinga daqueles que promoveram por todas as formas a manutenção do colonialismo – e, assim, o império da exploração é substituído por uma linguagem suavizada, ‘poética’, de um império positivo, e, pior ainda, salienta a presença no projecto europeu como decorrente, ou tendo por presente, a continuidade da estrutura mental colonialista. A violência colonial branqueada e tornada útil para efeitos da nova inserção internacional do país é tida como castradora das realidades e histórias daqueles que sofreram tais ímpetos (Ribeiro, 2004; Sanches, 2006; Clara, 2006)³⁰.

Portanto, temos que as leituras pós-coloniais desta questão salientam a necessidade do debate sobre a reemergência ou continuidade de valores ou discursos ao jeito dos do colonialismo, mas também das questões de uma cidadania efectiva, quando a identidade nacional surge cada vez mais posta em causa, quer por fenómenos supranacionais quer regionais, enquanto continua a discutir entre assimilação e multiculturalidade (tema tão relevante e recorrente no âmbito do nosso trabalho), processos históricos, sociológicos e simbólicos novos ou renovados (Sanches, 2006; Ribeiro; 2004; Mata, 2006)³¹. Uma abordagem que tendeu para a transdisciplinaridade neste trabalho permitiu incluir contribuições não só da história, mas também da sociologia, das ciências políticas, ou até da antropologia, contribuindo para a uma melhor compreensão de fenómenos sociais totais tão relevantes e actuais como os que aqui revimos. Não se tratou de

30 «A negativa que a frase propagandística inseria como legenda da imagem – “Portugal não é um país pequeno” – revelava o modo como a pequenez da nação carecia de um império para se libertar da sua periferia, afirmando-se assim como potência a nível nacional e internacional, ao mesmo tempo que legitimava o seu empreendimento colonial. Reduzido à sua dimensão ‘europeia’ – e vale a pena questionar o que será esta ‘Europa’, em que colidem manifestações etnocentricamente nacionalistas com manifestos de universalidade ‘civilizacional’, em nome de uma comunhão ideológica que a visibilidade crescente de alegados ‘não-europeus’ no seu seio parece, por vezes, contrariar – o Portugal pós-colonial exhibe características que podem ser relacionadas com este mapa, apresentando agora, contudo, outras cartografias que também remetem, de um modo mais ou menos explícito, para esse imaginário imperial. Membro da União Europeia e subscritor do Tratado de Schengen, Portugal deixou de ser, em parte, um país pequeno, inserido que se encontra num espaço de livre circulação de bens e pessoas e numa fortaleza que os controla a nível transnacional. Mas as hesitações acerca da sua pertença, as questões em torno da vocação europeia, atlântica ou mediadora entre a ‘África’ e a ‘Europa’, o ‘Ocidente’ e o ‘Oriente’ (...) contêm ainda as marcas desse modo de identificação que o mapa evocado sugere e de que a nação ainda não conseguiu efectivamente libertar-se. Com efeito nunca como agora Portugal adquiriu o estatuto territorial de um Estado-nação, desligado que foi do ‘Império’, estatuto esse rapidamente contrariado pela sua integração no espaço da União Europeia (...)» (Sanches, 2006). Veja-se ainda Almeida (2006) no que toca à reconfiguração pós-colonial do estado português, relativamente às relações entre ‘portugueses’ e ‘imigrantes’, numa linguagem (re)centrada nas argumentações do período colonial.

31 quanto à temática da tolerância e da aceitação no contexto da integração e do multiculturalismo, veja-se: «A relação de alteridade é uma relação, mais do que de estranheira, de estranhamento. É por isso que o termo ‘tolerância’ aplicado na pedagogia da diferença contém uma das maiores perversidades desta problemática de integração e multiculturalismo. É que esta noção – ‘tolerância’ –, não obstante a intenção inclusiva que certamente quer transmitir, produz um efeito armadilhado: a ideia de que, embora investido de uma ‘insuficiência’ (cultural ou social), a generosidade, dir-se-ia cristã, da maioria aceita esse outro! A ‘aceitação’ surge aqui não como realização de um dever – o dever que qualquer maioria tem de respeitar o outro minoritário –, mas de uma benevolência que leva à acentuação da estigmatização do outro e a que se pense a integração e o multiculturalismo como “fruto da compreensão e da generosidade” (...). Ora, sabendo que a ideia de integração, como atrás ficou expressa, passa pelo “reconhecimento da cultura do imigrante”, há que substituir esse termo – tolerância – por uma expressão adequada: dever de reconhecimento do direito do outro à diferença». (Mata, 2006: 293-4)

ignorar as relações coloniais, bem pelo contrário; empenhámo-nos em mostrar relações complexas, com múltiplas experiências para os actores envolvidos, e extremamente diversas, e muito menos olhando para as relações pós-coloniais sem esquecer o seu passado (Medeiros, 2006).

Falta ainda referir dois termos que se relacionam intimamente com o que aqui temos estado a discutir: a lusofilia e a lusofobia. O primeiro conceito, próximo etimologicamente de muitos dos que temos discutido aqui, pretende significar o amor pelas coisas portuguesas, portanto, dinâmicas afectivas. Desta forma, referimo-nos não propriamente ao conhecimento, ao estudo de Portugal, mas sim à atenção, reconhecimento e admiração da ‘cultura portuguesa’, o que, embora engrandecendo-a, pode também contribuir para excessos que levarão ao estereótipo, aos nacionalismos exacerbados, ao racismo, etc.. «O reconhecimento do chauvinismo como marca que acompanha a francofilia ou a proclamação da superioridade ariana associada a alguma germanofilia não nos podem tranquilizar quanto à pretensão de inocência por parte das expressões de lusofilia» (Abreu, 2008: 12), o que se relaciona perfeitamente com algumas dúvidas que, subscrevendo alguns autores, apontámos quanto às intenções da lusofonia. Por outro lado, temos ainda a lusofobia, uma atitude que, aponta Santos (2008), está mais próxima de uma vontade moralizadora, explícita ou não, de apontar falhas para que estas sejam corrigidas, numa atitude crítica da realidade, mais do que uma simples ‘traição à pátria’, normalmente tida por pensadores que, tendo estado muito tempo fora do país, ganham consciência de certos defeitos de forma mais clara. De certa forma, foi a isso que nos propusemos aqui – uma análise crítica do período entre a descolonização e a criação da CPLP, no que toca às relações mantidas entre estes.

A criação de uma comunidade lusófona: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Notas finais

Imediatamente após a descolonização, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa procuraram concertar-se em termos político-diplomáticos. Enquanto que apenas juntos por solidariedade, essa decorrente do colonizador comum, as diplomacias portuguesa e brasileira pretenderam adensar as relações entre si, ainda marcadas pelo trauma colonial. Assim, no primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, em 1989, decidiram pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que trataria de promover e difundir a língua portuguesa, e, de forma mais lata, difundir e apoiar a diversidade cultural dos vários países de língua portuguesa. Eventualmente, este instituto havia de ser incorporado na estrutura da CPLP (CPLP, 2008). Esta vem a ser criada em 1996 como um fórum multilateral voltado para o aprofundamento das relações diplomáticas e da cooperação entre os seus membros, bem como a concretização de projectos para a promoção da língua. Todos os países de língua oficial portuguesa adeririam, embora Timor-Leste só o pudesse fazer aquando da independência. Por outro lado, tendia-se, como objecto de mais longo prazo, que este reforço da cooperação pudesse vir a significar um reforço da presença destes países na cena internacional. Tal presença não significa que estes países não possam também estar noutras redes como a Francofonia ou a Commonwealth (Cardoso, 2006), nem que, como já explorámos, a lusofonia se restrinja aos países que tomam assento na CPLP.

Assim, e como explorámos mais acima, as críticas que se vão apresentando à CPLP podem classificar-se entre dois tipos: umas que a propõem como uma forma (ou como o meio utilizado para implementar) de neocolonialismo, e portanto de uma organização internacional que serve os interesses dos dois países mais poderosos (Portugal e Brasil) ou das elites financeiras e políticas transnacionais; outras que notam a falta de intervenção da CPLP, nomeadamente quanto a temas de maior envergadura, ou crises de vários tipos (cheias, golpes militares, etc.). Ainda assim, e pelo menos até ao momento, podemos concluir que a língua comum, base da existência da CPLP, não tem sido suficiente para criar uma entidade que se cumpra a objectivos políticos e de cooperação significativos, bem como a um aumento do peso destes países no sistema internacional (Cardoso, 2006). Mesmo para a maior parte dos países que a ela pertencem, a CPLP parece remetida a uma das prioridades secundárias da PE, o que, como expusemos no princípio deste trabalho, também é verdade especificamente para Portugal (Cardoso, 2006)³². Ainda assim, o ‘sonho’ da criação da CPLP não pode ser desvalorizado: desde a contribuição significativa para a normalização das relações entre estes países, à estruturação de um fórum permanente e relevante para o diálogo e a concertação entre ex-colonizador e ex-colonizados. Mas a Comunidade deverá, para todos os efeitos, fortalecer os traços comuns, de solidariedade e inter-ajuda, guardando as soberanias e os interesses de cada um dos estados (Pinto, 2004), tendendo ao apoio ao desenvolvimento dos mais pobres, e, sobretudo, que a comunidade de povos e estados ‘irmãos’ o venha a ser de forma mais decidida e com impactos mais sérios na vida dos povos de língua portuguesa (Santos, 2001; Pinto, 2004).

Como nota final, entenda-se que com este trabalho conseguimos ainda contribuir para uma visão realista daquilo que poderá vir a ser a CPLP, tanto em termos do aumento das relações bilaterais, de cooperação ou de integração dos países que dela fazem parte, como do aumento do poder deste grupo na cena internacional. Sendo um grupo muito recente, com mais vocação político-diplomática e de cooperação do que de natureza económica³³, somos levados a concluir que não existem perspectivas muito favoráveis para um aumento efectivo da integração entre estes países (Cardoso, 2006). Todavia, o reforço dos órgãos da CPLP, assim como o reforço da importância dos assuntos de segurança e defesa no seu âmbito (com uma série de instrumentos que permitem a cada vez maior concertação entre ministérios da defesa dos vários estados-membros), a par da importância crescente de alguns dos seus estados, têm levado a uma projecção internacional também crescente da organização. Acreditamos que essa maior projecção levará a uma maior vitalidade e dinamismo da organização, sendo uma pressão para que esta se torne cada vez mais preponderante no contexto dos processos em que se envolve. Oxalá a política e a diplomacia consigam

32 note-se que, normalmente, quem defende esta visão acaba por ignorar o trabalho muito meritório e esforçado da organização em termos dos acordos e protocolos estabelecidos entre os seus estados-membros, mas também entre a CPLP e entidades da sociedade civil, bem como outras organizações internacionais. O mesmo se poderia dizer em termos das realizações que a CPLP tem vindo a conseguir concretizar, ignorando o grande número de áreas e os efeitos a mais longo prazo que essas ocorrências poderão trazer. (CPLP, 2008)

33 «Claro que as continuidades não podem colocar a tónica exclusivamente no elemento económico, até porque a CPLP não é uma organização de carácter económico, embora não se possa negligenciar a importância do mesmo, sobretudo como factor de visibilidade interna e externa da comunidade lusófona. Existem outros vectores para a continuidade, como a promoção e defesa da língua e a concertação político-diplomática que, desde que os Estados membros manifestem claramente a sua adesão e disponibilidade, parecem possíveis de consolidar a CPLP como organização indispensável à afirmação da lusofonia e criar condições para uma maior participação da sociedade civil em todo o processo. Claro que (...) se impõe uma política de autenticidade, que abandone a retórica das frases feitas e do optimismo quase irracional e promova o contacto e um melhor conhecimento dos povos na comunidade». (Pinto, 2004: 352)

compreender tais sinais e agir em conformidade, sem aventureirismos que ponham em causa o futuro da organização, mas que não se fiquem por um imobilismo que a tornaria, de igual forma, irrelevante (CPLP, 2008; Pinto, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luís Machado de. Lusofilia: venturas e desventuras de um conceito, in Ferreira, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- AFONSO, Maria Fernanda. A condição pós-colonial do romance moçambicano: incursões em torno de “identidade”, “hibridez” e “locus enuntiationis”, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Comentário, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006
- AMARAL, Ilídio. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos Desafios do Século XXI, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- ANTUNES, José Freire. **O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- BASTOS, Cristiana. Goa em 1942: A retórica do império e as ambiguidades do nacionalismo, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- BIRMINGHAM, David. **Portugal and Africa**. London: MacMillan Press, 1999.
- BLOCKEEL, Francesca. Portugal e as (ex-)colónias africanas, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CARDOSO, Fernando Jorge. Integração Regional em África: que futuro para a CPLP, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma geolingüística do mundo da lusofonia, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CASTELO, Cláudia. **«O modo português de estar no mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CHABAL, Patrick, with David Birmingham, Joshua Forrest, Malyn Newitt, Gerhard Seibert, Elsa Silva Andrade. **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst, 2002.
- CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.

- CHAMBERLAIN, M. E.. *Decolonization. The Fall of the European Empires*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- CLARA, Fernando. O fim da Europa. Onde a nação acaba e o império começa, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- CORACINI, Maria José R. Faria. Linguagem, discurso e identidade: desconstruindo a noção de língua materna, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CPLP (coord. António Ilharco, Margarida Gama; pref. Francisco Xavier Yambo). **Construindo a comunidade**. [S. L.]: Secretariado Executivo da CPLP, 2008.
- CUNHA, Carlos. A história literária e a questão da identidade nacional, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- FERREIRA, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- FERREIRA, José Medeiros. Descolonização e política externa portuguesa, in **Seminário 25 de Abril 10 anos depois / Org. Associação 25 de Abril**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 391-395, 1984.
- FERREIRA, José Medeiros. **Portugal – os próximos vinte anos, IV vol. (Posição de Portugal no Mundo)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- FERREIRA, Manuel Ennes. Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida, (1973-1994). **Análise Social**, vol. xxix (129), 1994 (5.º), 1071-1121. Disponível em: www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378354K9wLO2is3Mp04NQ8.pdf (consultado a 2014-07-04)
- FILHO, Wilson Trajano. A Construção da Nação e o Fim dos Projectos Crioulos, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- GONÇALVES, António Custódio. O luso-tropicalismo e as ciências sociais: contribuição para um debate, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen. Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: as origens de uma política falhada, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- HEINTZE, Beatrix, Contra as teorias simplificadoras. O 'canibalismo' na antropologia e história de Angola, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- LARA, António de Sousa. **Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua história)**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2000.
- LEAL, João, O império escondido: camponeses, construção da nação e império na antropologia portuguesa, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

- MACAMO, Elísio. Incerteza e Identidade na Descrição da Realidade Social, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- MATA, Inocência, Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.) (2006). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- MAXWELL, Kenneth. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976), in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- MEDEIROS, Paulo de, 'Apontamentos' para conceptualizar uma Europa pós-colonial, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- MONTEIRO, António. Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana. Uma parceria para a paz, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- MOREIRA, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- PALO, Maria José. A literatura na ordem global: modelação de identidades da memória coletiva, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PARDO, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PASCOAL, António Jacinto Rebelo. O labirinto da lusofonia: um olhar português, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PEREIRA, Luena. Diversidade Linguística e Identidade Nacional, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- PINTO, José Filipe. **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**. Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade da Beira Interior, 2004.
- PORTUGAL, Francisco Salinas. Construir a nação: literatura e identidade através da ficcionalização da história, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Afrontamento, 2004.
- RODRIGUES, Luís Nuno (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- SÁ, Victor de. **Repensar Portugal. Reflexões sobre o colonialismo e a descolonização**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

- SANCHES, Manuela Ribeiro, Introdução, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- SANTOS, António de Almeida. **Paixão Lusófona**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SANTOS, Margarida. Lusofobia: uma face da lusofilia?, in Ferreira, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- SERRANO, Carlos. A Trajectória da Elite Intelectual, A “Geração de 50” e Seus Projectos: a Nação, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005
- SILVA, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- SOUSA, Fernando de (dir.). **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Afrontamento, 2005.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal, a Europa e os Estados Unidos: uma perspectiva histórica, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Breve ensaio sobre a política externa portuguesa.” **Relações Internacionais** [online] n. 28, 2010 [consultado a 2014-01-11], pp. 51-60. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1645-9199.
- VICENTE, Paulo Carvalho. "Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal (1960-2002)". **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 4, N.º 1, Maio-Outubro 2013. Consultado [online] em 2014-01-11, http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf
- VIEIRA, Agripina Carriço. Espaços de construção identitária angolana, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- VILA-NOVA, Sebastião. Gilberto Freyre: Bases teórico-conceptuais do seu pensamento, especialmente da tropicologia, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- XAVIER, Lola Geraldes. Um rio chamado Moçambique, uma casa chamada lusofonia, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

*Recebido em 14 de outubro de 2016.
Aprovado em 23 de dezembro de 2016.*

RESUMO

Este trabalho procura providenciar uma visão abrangente dos períodos, fases, etapas, que marcaram de forma significativa as relações entre Portugal e suas ex-colônias, entre a descolonização e a institucionalização da CPLP. Identificaremos continuidades ou rupturas, atores e eventos, e conceitos que marcaram o contexto da criação e surgimento da CPLP, focando particularmente a relação entre identidade nacional e política externa e a centralidade da questão colonial nessa relação.

Palavras-clave: Relações Pós-Coloniais; Relações Bilaterais; Política Externa Portuguesa

ABSTRACT

This paper seeks to provide a comprehensive view of periods, stages, steps that marked significantly the relations between Portugal and its former colonies, amid decolonization and institutionalization of CPLP. It identifies continuities and ruptures, actors and events, and concepts that marked the context of the creation and emergence of CPLP, focusing particularly on the relationship between national identity and foreign policy and the centrality of the colonial issue in this relationship.

Key-words: Post-Colonial Relations; Bilateral Relations; Portuguese Foreign Policy;